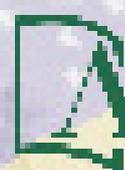


Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922011	
CAPÍTULO 2	8
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922012	
CAPÍTULO 3	19
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922013	
CAPÍTULO 4	34
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922014	
CAPÍTULO 5	45
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922015	
CAPÍTULO 6	53
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922016	
CAPÍTULO 7	65
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922017	

CAPÍTULO 8 72

ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO

Alane Maria da Silva
Marilene Bizerra da Costa

DOI 10.22533/at.ed.6051922018

CAPÍTULO 9 83

CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Renner Coelho Messias Alves

DOI 10.22533/at.ed.6051922019

CAPÍTULO 10 94

CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Wellington Júnior Jorge
Izaque Pereira de Souza
Aline Evelin Fabrício Macedo
Ana Paula de Souza Santos

DOI 10.22533/at.ed.60519220110

CAPÍTULO 11 105

DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

Francisco Mesquita de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60519220111

CAPÍTULO 12 117

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA

Daniel Neto Francisco
Carlos Alberto Sarmento do Nascimento
Lucimar Ferraz de Andrade Macedo
Lamounier Erthal Villela

DOI 10.22533/at.ed.60519220112

CAPÍTULO 13 130

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?

Evânia Maria Oliveira Severiano
Maria Luiza Fernandes Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.60519220113

CAPÍTULO 14 141

LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Fabrício Brito do Amaral
Maria Fernanda Brito do Amara
Deusiney Robson de Araujo Farias

DOI 10.22533/at.ed.60519220114

CAPÍTULO 15	148
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220115	
CAPÍTULO 16	160
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220116	
CAPÍTULO 17	170
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220117	
CAPÍTULO 18	180
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220118	
CAPÍTULO 19	190
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220119	
CAPÍTULO 20	200
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220120	
CAPÍTULO 21	222
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220121	

CAPÍTULO 22	236
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220122	
CAPÍTULO 23	247
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220123	
CAPÍTULO 24	259
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220124	
CAPÍTULO 25	269
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220125	
CAPÍTULO 26	281
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220126	
CAPÍTULO 27	293
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220127	

CAPÍTULO 28	304
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i> <i>Odemir Vieira Baeta</i> <i>Theressa Cristina Marques Aquino</i> <i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220128	
CAPÍTULO 29	322
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220129	
CAPÍTULO 30	334
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220130	
CAPÍTULO 31	346
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i> <i>Luama Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220131	
CAPÍTULO 32	358
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220132	
CAPÍTULO 33	370
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i> <i>Rosimeri Salotto Rocha</i> <i>Valmin Ramos-Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220133	
CAPÍTULO 34	381
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220134	
SOBRE A ORGANIZADORA	392

CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Wellington Júnior Jorge

Universidade Estadual de Maringá
Maringá-PR

Izaque Pereira de Souza

Universidade Estadual de Maringá
Maringá-PR

Aline Evelin Fabrício Macedo

Universidade Estadual de Maringá
Maringá-PR

Ana Paula de Souza Santos

Universidade Estadual de Maringá
Maringá-PR

RESUMO: O Brasil é um país em que as questões étnico-raciais ainda são pouco problematizadas. Após séculos de escravidão, até hoje esse é um assunto delicado na esfera das vidas pessoais da população negra. Nesse sentido, esse trabalho busca compreender em que contexto as Leis 10.639/03 e 13.006/14 se estabeleceram. Elas tratam, respectivamente, de estabelecer a obrigatoriedade da abordagem da História e Cultura Afrobrasileira e a exibição obrigatória de produções cinematográficas brasileiras nas salas de aula da educação básica. Tendo em vista o cinema como produtor de sentidos e significados, entendemos que juntas elas se tornam importante ferramenta na desconstrução das desigualdades raciais

presentes nos discursos e representações, agindo principalmente como combatentes aos estereótipos raciais.

PALAVRAS-CHAVE: Relações raciais; Currículo escolar; Lei 10.639/03; Lei 13.006/14.

ABSTRACT: Brazil is a country where ethnic-racial issues are scarcely problematized. After centuries of slavery, nowadays it's yet a delicate matter in black population personal lives'sphere. In this sense, this work seeks to understand the context in which laws 10.639/03 and 13.006/14 were established. Their purposes are respectively fix mandatory of afro-brazilian history and culture approach and fix mandatory of Brazilian cinematographic productions exhibition both in the basic education classrooms. Owing to cinema as a experience and meaning' producer, we believe together laws become an important instrument in the deconstruction of racial inequalities present in discourses and representations, mainly acting as combatants against racial stereotypes.

KEYWORDS: Race Relations; School Curriculum; Law 10.639/03; Law 13.006/14.

1 | INTRODUÇÃO

No século XX, com a expansão do capitalismo industrial, diante da necessidade

de crescimento econômico, de formação de capital humano, entre outros, foi necessário universalizar o ensino para cada vez mais pessoas, já que o capitalismo gerava o crescimento da demanda social da educação. Seguindo o mesmo modelo de demanda, o Brasil a partir de 1930, com seu forte período desenvolvimentista, viu a necessidade de reorganizar suas políticas educacionais, introduzindo novos componentes curriculares, novas metodologias e novas formas de organização e gestão. As políticas públicas voltadas à educação se tornaram crescentes dentro do sistema educacional brasileiro, com o objetivo de incluir e gerar uma melhor qualidade de ensino aos cidadãos.

A Lei 13.006/2014, projeto criado pelo Cristóvão Buarque (PPS), estabelece a obrigatoriedade da exibição de filmes de produção brasileira nas escolas de educação básica. O teor da lei é estimular a exibição de filmes como componente integrador do currículo escolar, a fim de proporcionar visibilidade as produções cinematográficas nacionais, tanto estigmatizadas pela população brasileira. O filmes norte-americanos foram massivamente exibidos nos cinemas e nas emissoras de televisão brasileira, de tal modo que se estabeleceu como um modelo ideal de se fazer cinema.

O cinema e a educação são temas discutidos por vários pesquisadores/as como: Fresquet (2013); Duarte (2009); Felipe (2009, 2015); Fabris (2008); Teruya (2006, 2009); Louro (2015). As discussões dos respectivos autores/as não têm como intencionalidade esgotar a temática, mas sim, apresentar possibilidades entre o cinema e educação.

Os filmes fazem parte de um mundo que envolve técnicas de produção de sentidos e significados por meio dos recursos imagéticos possibilitados pelo cinema, cuja narrativa ficcional pode cutucar o inconsciente do público que está assistindo. Com essa prerrogativa, incorporar esse artefato cultural na matriz curricular, pode colaborar para a desconstrução de estereótipos cristalizados no senso comum, auxiliando assim na formação cultural do indivíduo.

A Lei 13.006/2014, que estabelece a utilização de filmes no espaço escolar, propicia também a discussão a Lei 10.639/2003 para tratar sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afrobrasileira na educação básica. O conteúdo desta lei incluiu nos currículos escolares a luta dos negros e a contribuição da cultura negra no Brasil. Este assunto é pertinente para a desconstrução de estereótipos veiculados no currículo hegemônico, inspirado na matriz eurocêntrica.

À medida que os artefatos culturais contra hegemônicos foram incorporados nas práticas pedagógicas, as discussões étnico-raciais também puderam ser problematizadas no decorrer do ano escolar e não apenas em datas “comemorativas”, como, por exemplo, o dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra). O combate ao racismo nas escolas e a história do negro no Brasil, podem ser compreendidas pelos autores/as: Cavalleiro (2001); Gomes (2001, 2006, 2013); Praxedes (2010); Felipe e Teruya (2010); Silva (2012); Pereira (2011); Aguiar (2011); Munanga (2009).

Os/as pesquisadores/as que estudam cinema e relações étnico-raciais investigam

as contribuições do cinema para a educação escolar e apontam as possibilidades na desconstrução de estereótipos referentes à cultura afrobrasileira. Neste artigo ancoramos em autores que fazem essa discussão, procurando balizar a abordagem do cinema e relações étnico-raciais de forma sistematizada.

A CONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS SOBRE A HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL

A aprovação da Lei 10.639/2003 que trata sobre a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afrobrasileira” nos currículos escolares foi um grande marco na história do Brasil e também para a luta dos negros. A proposta da lei é uma política pública que busca dar visibilidade e o reconhecimento da população negra no processo de construção social, econômica, política e cultural da sociedade brasileira, que foi formada por indígenas, portugueses, africanos (negros) e depois por imigrantes (brancos e amarelos) de todas as partes do mundo.

Mesmo com a contribuição da população negra na construção do país, sua história e cultura sempre estiveram invisibilizadas. Com isso a lei traz como prerrogativa fazer um processo de “reparação” e “inclusão” da história e cultura do negro, problematizando a história “eurocêntrica” nos currículos escolares. Outro ponto a ser discutido são as lutas sociais e políticas da população negra desde a sua chegada até os dias de hoje. Com esses pressupostos e as práticas pedagógicas tendo como referência a Lei 10.639/03, questionamos a visão única e parcial do pensamento “eurocêntrico” e a imagem de uma África “exótica”, “primitiva” e estigmatizada, a fim de visualizar uma África repleta de culturas e histórias.

A história dos/as negros/as africanos/as foi muito diferente dos imigrantes brancos. Os/as negros/as foram “(...) trazidos principalmente da costa ocidental da África, foram capturados meio ao acaso nas centenas de povos tribais que falavam dialetos e línguas não inteligíveis uns aos outros”. (RIBEIRO, 2005, p. 114). Ao chegarem aqui em condições sub-humanas, logo eram separados de suas famílias para serem comercializados como mercadorias pelos homens brancos (portugueses), assim, totalmente dispersos em novas terras ao lado de outros/as negros/as capturados/as de culturas e dialetos totalmente diferentes tinham que se adaptar a base da força e da violência à nova formação social.

O tráfico negreiro é considerado, por sua amplitude e duração, como uma das maiores tragédias da história da humanidade. Ele durou séculos e tirou da África subsaariana (região do continente africano abaixo da linha do deserto do Saara) milhões de homens e mulheres que foram arrancados de suas raízes e deportados para três continentes: Ásia, Europa e América [...] (GOMES; MUNANGA, 2006, p. 18).

Desde sua chegada em 1549, os/as negros/as tiveram que passar por um

processo de readaptação em um novo continente, sua contribuição econômica foi valiosa aos portugueses. Na metade do século XVI e XVII, o Brasil estava no auge da exportação de cana-de-açúcar, conseqüentemente, aumentando a produção, teria que aumentar “[...]o tráfico de africanos[as] para o Brasil, especialmente para o Nordeste, onde um tipo de agroindústria se concentrou e floresceu com o cultivo de cana de açúcar” (MOURA, 1992, p.8). O trabalho escravo do povo africano, comprado ou vendido como mercadoria, proporcionou um grande avanço econômico para a Portugal. Com o passar dos anos os/as escravos/as que ocupavam os diversos meios de produção, tais como nos “(...) engenhos de produção de açúcar, nas lavouras de café, fumo, algodão, nas minas de extração de ouro, etc., trouxeram consigo seus costumes, línguas, valores, deuses e crenças” (SANTOS, 2012 p.11). Assim, o/a negro/a que aqui estava ou chegava na condição de escravo servia para repor ou aumentar a mão-de-obra nos grandes latifúndios.

Desde a sua chegada até o ano de 1888, o processo de escravidão foi árduo e cruel, durante aproximadamente 400 anos de escravidão aconteceram várias formas de resistência, o negro não aceitava sua condição de escravo e muitos fugiam para o meio da mata. Os que conseguiam fugir de seus senhores se juntavam com outros escravos/as e se organizavam em Quilombos. Um dos símbolos de resistência no período escravocrata foi o Quilombo de Palmares, que se tornou um núcleo de organização da população negra e a preservação da cultura africana, servindo também de refúgio. Os/as escravos/as negros/as eram trazidos da África na condição de mercadoria adquirida pelos seus senhores brancos, estes, por sua vez, poderiam explorar o trabalho escravo. No entanto, nem todos concordavam e aceitavam essa condição e, por isso, fugiam para os quilombos, unindo-se com outros/as escravos/as fugitivos/as que juntos lutavam para se manter livres do trabalho escravo. (MOURA, 1992; GOMES e MUNANGA, 2006; SOUZA, 2008; RODRIGUES, 1976).

Nos primeiros anos do século XX, depois de ter saído de sua condição de escravo no ano de 1888, o movimento de resistência enfrentou outra batalha contra o racismo. O estereótipo atribuído ao/à negro/a sempre esteve ligado à referência negativa e aquilo que de mais ruim poderia se intitular ao homem. Carregando este estigma de inferioridade, os homens brancos negaram até seus direitos de exercerem sua cidadania de forma livre e independente. “[...] A ‘raça’ ou cor negra está associada a uma série de estereótipos preconceituosos que fundamentam atitudes discriminatórias e práticas racistas que dificultam o desenvolvimento pleno dos seres humanos (AGUIAR, 2011, p. 46). A ideologia racista sempre esteve muito presente na sociedade brasileira. Esse discurso fez com que os negros tivessem dificuldades de terem qualquer tipo de ascensão social e todo trabalho que conseguiam eram trabalhos que exigiam muita força e de baixa remuneração, ou seja, continuava o trabalho escravo de forma velada.

Portanto, o racismo existente na sociedade brasileira, que desvaloriza e inferioriza o corpo negro diante do corpo branco, marca intimamente a trajetória de vida do

negro e principalmente a construção da sua identidade étnico-racial. O cabelo do negro, visto como “ruim”, serve de expressão ao racismo e à desigualdade racial que recaem sobre esse sujeito social. Acreditar que o cabelo do negro é “ruim” e que do branco é “bom” expressa um conflito construído historicamente e culturalmente e que busca legitimar o negro como um ser inferior. É neste cenário social que a mulher negra brasileira constrói sua imagem. O seu corpo social será resultado dessa complexa realidade das relações raciais que permeiam até hoje a sociedade brasileira, na qual a estética negra incorpora diversos símbolos e significados negativos e pejorativos. (RODRIGUES, 2012 p.62)

Após a escravidão no Brasil, a população negra e seus descendentes nunca receberam qualquer tipo de indenização ou apoio do Estado para terem condições de se reestabelecerem de forma digna. Ao contrário, o que ficou instituído para ao corpo negro foi sua depreciação vinculado ao preconceito racial e o estereótipo de sua inferioridade frente a ‘raça’ branca. Esse discurso racista e atitudes negativas quando se referia ao negro, não só estava presente no discurso embora muito forte, mas sim de forma institucionalizada, seja na escola e até mesmo no currículo escolar: na fala do professor e nos livros didáticos, conseqüentemente o mesmo discurso era reproduzido pelos alunos (CAVELLEIRO, 2001; AMBROSETTI, 2012; AGUIAR, 2001; SILVA, 2011; CANDAU, 2013; PRAXEDES, 2010).

Durante toda a história da população negra no Brasil, desde sua chegada às terras brasileiras, não houve aceitação pacífica da sua condição de escravo. Ao contrário, eram frequentes os movimentos de resistência que questionava a condição escravista. Após a abolição da escravatura, a luta pela liberdade e a reivindicação dos direitos iguais na sociedade foram as bandeiras de luta com o surgimento do Movimento Negro no século XX. Os propósitos deste movimento era a integração da população negra na sociedade brasileira, já que a extinção da escravidão não ocorreu de forma plena e imediata.

Várias intervenções do Movimento Negro foram necessárias para obter mínimas condições de sobrevivência social. Assim “[...] para esse movimento, a efetiva integração do negro só se daria na medida em que a população negra conseguisse meios de sobrevivência que lhe garantissem acesso à educação (AGUIAR, 2011, p. 47). Outra grande forma de luta pelos espaços na política foi a “[...] Frente Negra Brasileira, que tinha entre seus propósitos a efetiva integração do negro na sociedade brasileira. Esse movimento se desenvolveu entre 1931 e 1937 e agremiou várias pessoas em todo o Brasil” (AGUIAR, 2011, p. 47).

Entre várias lutas e conquistas no século XX pelo Movimento Negro, ressaltamos a promulgação da Lei 10.639/2003 que inclui a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afrobrasileira. A proposta da lei tem como prerrogativa estabelecer o direito de os/as alunos/as terem acesso à cultura africana e promover a valorização do negro e todos os seus descendentes na formação do Brasil, “[...] A implementação da Lei Federal 10.639/2003 é fator fundamental no combate à discriminação e ao racismo” (AGUIAR, 2011, p.52). Valorizar a diversidade cultural brasileira aos/as alunos/as, é

uma forma visibilizar a luta e combater o preconceito e o racismo. A Constituição de 1988 no artigo 205, estabelece: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [...]” (BRASIL, 1988). Para atender a este artigo da Constituição Federal, “[...] a escola se apresenta como um espaço vital para a discussão do racismo e para potencializar ações que visem à conscientização sobre a igualdade subjacente às cores, às raças (AGUIAR, 2011, p. 52).

A Lei 10.639/2003 não pretende invisibilizar a cultura europeia ou qualquer outra cultura. Esta lei propõe que a temática sobre a História e Cultura Afrobrasileiras seja também levada em consideração e como pertencente a cultura brasileira. A história afrobrasileira não pode ser ocultada pelo Estado, tão pouco pelos currículos escolares. A história apresentada nos livros didáticos com viés eurocêntrico deve ser revista e repensada pelos/as professores/as e até mesmo na formação de professores/as. A formação brasileira não foi uma conquista apenas do povo português, mas sim uma composição de indígenas, negros/as, mestiços/as e imigrantes dos mais diversos grupos étnicos.

Os artefatos culturais presentes na escola não podem tratar a cultura e a história da população negra como inferior frente a outros grupos. A própria Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO nos anos de 1950, ao convocar cientistas e pesquisadores para saber se era possível diferenciar os indivíduos por raça, depois de vários anos de pesquisa afirmou que “A ciência não tem como classificar rigidamente determinado grupo partindo de características físicas” (BENTO, 2005, p. 19). A ideologia racista deve ser combatida também na escola, é necessário desconstruir estereótipos de que o/a negro/a é “(...) preguiçoso, indolente, caprichoso, sensual, incapaz de raciocinar” (BENTO, 2005, p.25) e problematizar esse tipo de discurso em sala de aula.

Qualquer forma de racismo deve ser combatida, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, trouxeram outra história para os currículos. Os negros mesmo estando em condição de escravos contribuíram e muito para a formação econômica do país, os conceitos negativos por meio dessas discussões, devem ser revistos, para que o preconceito racial seja combatido. A Lei 10.639/03 é uma das formas de fazer com que a imagem do/a negro/a e de seus descendentes sejam revistas em todas as esferas.

O racismo é construído nas relações que estabelecemos na sociedade. Uma vez que a escola é uma das instituições que faz parte de nossa sociedade, ela também reproduz o racismo. Em 1994, o Ministério da Educação divulgou um estudo que atestava que os livros didáticos estimulavam o preconceito. [...] Um dos mais importantes veículos de reprodução do estereótipo, do preconceito e do racismo na escola é o conteúdo dos livros de História (BENTO, 2005, p. 41).

O discurso racista está presente na fala do/a aluno/a, do/a professor/a, da

própria comunidade escolar, nos livros didáticos e no currículo. Com base nesses estereótipos a escola tem um papel importante no combate as práticas discriminatórias. Embora o discurso esteja em várias esferas, se faz necessário ações afirmativas para desconstruir tal discurso. “A educação é um dos caminhos para se conhecer a diversidade de nossa gente, podendo contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e plural, onde as múltiplas formas de preconceito, discriminação e racismo sejam mantidas”. (SILVA, 2012. p.123). É necessário, portanto, que a escola tenha sua função social capaz de trazer a diversidade étnica e cultural para a sala de aula e problematizar as visões que discriminam e inferiorizam as culturas de minorias, ressaltando as riquezas culturais que compõem a formação social, política, cultural e econômica do Brasil.

FORMAÇÃO DE IDENTIDADE NAS PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS

A identidade é uma marcação feita pelo próprio sujeito, para assim ter condições plenas de se localizar na sociedade em que ele vive. A partir do momento que é estabelecida uma identidade, tudo aquilo que você não é, servirá de parâmetro para perceber sua diferença com o outro. Ao mesmo tempo que a identidade é construída, ela tem a total condição de se destruir ou até mesmo se reconstruir. Desta forma, “a identidade é marcada por meio de símbolos” (WOODWARD, 2014, p.9), estes mesmos símbolos, capazes de dizer o que somos e o que nos difere do outro.

Vivemos em uma sociedade na qual somos rotulados por todos os indivíduos que nos cercam. Aquilo que somos ou não, são atribuições incorporadas de forma natural pelos grupos ao nosso redor, porém, os ambientes aos quais nos encontramos podem ser diferente em outros locais, do mesmo modo quando um sujeito nos é apresentado, logo buscar relacionar com a nossa diferença, criando expectativas que temos sobre ele, a partir do momento que os laços sociais vão se firmando, alguns rótulos são inseridos ou excluídos.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com ‘outras pessoas’ previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua ‘identidade social’ (GOFFMAN, 2004, p.5).

Woodward (2014, p.11) trata a identidade como uma construção do sujeito, podendo ser estabelecida tanto na dimensão simbólica quanto na dimensão social, pois “[...] a identidade é marcada pela diferença (...)”. Essa busca para firmar seu eu, pode ser trazida nas relações atuais, ou, a busca histórica, supostamente perdida. Dessa forma, explica a autora, a identidade não é estática, porque passa por mudanças, “[...]”

a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis [...]” (WOODWARD, 2014, p.19).

Tomaz Tadeu da Silva (2014) apresenta características marcantes nas atribuições de sentidos simbólicos e as disputas que marcam o sujeito. Como o próprio autor afirma, a identidade não é fixa e nem homogênea, há uma diversidade cultural presente na sociedade, assim, “[...] a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo” (SILVA, 2014, p.96).

Dentre as construções de identidade do sujeito presentes na sociedade, podemos encontra-las na produção cinematográfica, já que o mesmo tem condições de interpelar o indivíduo ativando assim sua imaginação, percepção e os estímulos audiovisuais produzidos pelas imagens em movimento. De maneira subjetiva, cada sujeito é interpelado, é descartado a influência que as produções cinematográficas causam nas pessoas, já que nos filmes são apresentadas diversas formas de significado e símbolos, “[...] a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade” (WOODWARD, 2014, p. 19).

As práticas culturais são produzidas e reproduzidas numa variedade de locais sociais, e o peso de sua “gravidade social” se manifesta na forma como elas estão inscritas no corpo, como movem as pessoas à ação e colocam limites à gama de possibilidades através das quais os indivíduos negociam suas identidades e seu sentido de agência social (GIROUX, 2013, p. 132).

Giroux (2013), exemplifica que as práticas culturais estabelecidas têm plenas condições de se descolar facilmente, ou seja, as identidades são estabelecidas de acordo com os sentidos apresentados naquele contexto. Os aparatos que cercam o sujeito, se não forem conduzidos de uma forma a proporcionar as variáveis, acaba sendo locado de uma única forma, ou por uma esfera hegemônica. A cultura hegemônica para se manter no poder, utiliza de artefatos culturais para que a formação do indivíduo e seus anseios sejam estimulados, contribuindo assim para a identidade do sujeito.

A forma como a escola propõe e trabalha os mais variados assuntos e conteúdos, deve ser vista com cautela, já que aquilo que é exposto para o/a aluno/a, tem plenas condições de afirmar sua identidade ou diferença. “A cada momento histórico, o sujeito, à medida que participa das transformações, também é transformado por elas” (SILVA, 2012, p.68). Essas transformações são apresentadas por meio dos artefatos culturais presentes na escola.

Ao indivíduo é oferecido um grande leque de opções, até mesmo de identidade. O mercado está à disposição para que o consumidor possa compor e recompor a identidade que desejar, no momento e por quanto tempo desejar (SILVA, 2012, p.14)

O cinema como um artefato cultural constitui-se em uma das mais variadas formas de mexer com a emoção. Suas imagens e narrativas possibilitam ao espectador um

mundo ficcional que instiga a sonhar, desejar, suprir suas necessidades, ter medo, se ver triste ou alegre, abandonado, protegido. As produções cinematográficas podem ou não envolver o indivíduo, e mesmo ao se satisfazer com um filme, logo virão outros para suprir essa necessidade e outras necessidades são criadas e se estabelecem, a cada filme, com suas características e especificidades, assim, “o filme evidencia o cotidiano do indivíduo” (SILVA, 2012, p.17).

O cinema [o filme] é como uma obra aberta, capaz de possibilitar múltiplas interpretações criadoras e que, a todo momento, apresenta brechas que levam o sujeito a se deparar com os paradoxos existentes.

O mal-estar que o cinema produz no telespectador ao despertá-lo é que as semelhanças só existem porque as diferenças estão presentes (SILVA, 2012, p.18).

Em meio a tantos valores que o cinema exhibe e pode exhibir, permite o seu público refletir e analisar sobre o que faz parte de si ou não. Por sermos repletos de símbolos culturais, nossa identidade se constitui no contato com aquilo que nos é exposto, assim, a cultura condiciona as ações do sujeito, direcionando o que somos ou não. O ser humano ao estar inserido nos grupos sociais, inviabiliza o não pertencimento a uma cultura, já que “[...] a cultura não é algo sobre ou além do sujeito; ela se dá a partir dele” (SILVA, 2012, p.22).

A escola por fazer parte da construção da identidade do sujeito, tem que possibilitar o direito ao acesso as mais variadas formas culturais. Assim a escola precisa lidar e compreender a diversidade cultural. A cultura não é singular e fixa, pois ela está em pleno processo de hibridação, na perspectiva de Canclini (2008), cuja fusão das práticas sociais na vida cotidiana, que ocorrem nos intercâmbios culturais, é inevitável no mundo globalizado.

A instituição escolar não pode se manter isenta na construção e desconstrução de estereótipos, se faz necessário que todas as culturas sejam visibilizadas, sem valorizar uma e inferiorizar outra, mas tratar como culturas diferentes. Dessa forma, o reconhecimento das identidades e logo das diferenças de cada sujeito é posicionada da mesma forma e um dos artefatos culturais que contribuem para a luta na desconstrução de estereótipos é o cinema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo trouxe a importância do cinema na desconstrução de estereótipos referentes às relações étnico-raciais no Brasil. Com políticas públicas voltadas à inclusão nos currículos escolares, a luta dos negros e a contribuição da cultura negra no Brasil e com a efetivação da Lei 10.006/2014, que além de incentivar as produções cinematográficas brasileiras, pode proporcionar reflexões sobre a forma que a imagem do negro é construída no cinema, foram a base desse artigo.

O cinema na educação escolar pode desenvolver potencialidades necessárias para o desenvolvimento intelectual do indivíduo, promovendo assim reflexões da posição social do negro no Brasil. Em conjunto com a Lei 13.006/14, trouxemos para a discussão a Lei 10.639/03 e procuramos refletir sobre o potencial pedagógico do cinema para a desconstrução de estereótipos nas relações étnico-raciais.

Com base nos estudos culturais, analisamos os filmes como artefatos culturais que contribuem para a construção de identidade do sujeito, mesmo que de forma subjetiva, assim, ao serem expostos a história da população negra no Brasil nas produções cinematográficas, cabe ao sujeito refletir como determinados grupos viviam em determinados períodos da história. Outro grande ponto a ser levado em consideração é a função do professor como mediador na escolha dos filmes a serem reproduzidos na sala de aula e as possíveis problemáticas que possam ser trazidas para a discussão.

De fato, da mesma forma que o cinema possibilita um outro universo de realidade e/ou ficção, ele também pode intensificar os estereótipos que cercam o/a negro/a no Brasil e sua história/cultura. Sendo assim, a escola por fazer parte da construção de identidade e diferença do sujeito, também possibilita provocar o desconforto e fazer uma autorreflexão no sujeito.

Por fim, longe de limitar ou esgotar as reflexões sobre o cinema e educação, apontamos como as Leis 13.006/14 e 10.639/03 podem trabalhar juntas para a desconstrução de estereótipos referente à população negra. Afinal consideramos que a educação escolar é uma possibilidade de apresentar um caminho para que essas temáticas possam ser discutidas, uma vez que esse assunto é tão presente na atualidade.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Márcio Mucedula. **Desafios da prática docente na construção de uma educação antirracista**. Guimes Rodrigues Filho e Cristina May Ribeiro Perón (Org.). Racismo e Educação. Contribuições para a implementação da lei 10.639/03. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- AMBROSSETTI, Neuza Banhara. **O “EU” E O “NÓS”**: Trabalhando com a diversidade em sala de aula. Marli André (Org.). Pedagogias das diferenças na sala de aula. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- BENTO, Maria Ap^a Silva. **Cidadania em preto e branco**. 3^a ed. São Paulo: Ática, 2005.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**. 4. ed. 3. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.
- CANDAU, Vera Maria (Org.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- GOFFMAN, Erving. Estigma. **Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de

Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 1988. Cap. I Estigma e identidade social. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/308878/mod_resource/content/1/Goffman%20%20Estigma.pdf>. Acesso em: 30 de março de 2016.

GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2006.

MOURA, Clóvis. **História do Negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

OROFINO, Maria Isabel. **Mídias e mediações escolar**: pedagogias dos meios, participação e visibilidade. – São Paulo : Cortez : Instituto Paulo Freire, 2005.

PRAXEDES, Walter Lúcio de Alencar. **A questão racial e a superação do eurocentrismo na educação escolar**. Luciano Gonsalves Costa (Org.). História e cultura afro-brasileira. Maringá: EDUEM, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Joyce Maria. **A relação do corpo para a construção da identidade negra**. Renata Felinto (Org.). Culturas Africanas e Afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SANTOS, Milton Silva dos Santos. **Afinal, o que são religiões afro-brasileiras**. Renata Felinto (Org.). Culturas Africanas e Afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.

SILVA, Eizete Conceição. **Subjetividade e cinema**: vida\arte\vida. – Maringá : Eduem, 2012.

SILVA, José Carlos Gomes. **Cultura afro-brasileiro e patrimônios culturais africanos nos currículos escolares**: breve memória de lutas por uma educação antirracista. Guimes Rodrigues Filho e Cristina May Ribeiro Perón (Org.). Racismo e Educação. Contribuições para a implementação da lei 10.639/03. Uberlândia: EDUFU, 2011.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. Petropolis, RJ: Vozes, 2014.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-060-5

